

Habeas Corpus nº: 0002807-57.2014.8.17.0000 (0330742-8)
Comarca Origem: Vara Única de Jupi
Impetrante: Carlos Ferreira Maurício
Paciente: David Santos da Silva
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Andréa Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO DE LATROCÍNIO E QUADRILHA OU BANDO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO JUDICIÁRIO. PLURALIDADE DE RÉUS. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA. FEITO QUE CAMINHA DENTRO DA RAZOABILIDADE. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE REQUISITOS A CUSTÓDIA. MEDIDA QUE SE JUSTIFICA. DECISÕES DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo. Ademais, complexidade do feito, pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias justificam eventual dilação no andamento, nos limites da razoabilidade.

2. Não há constrangimento ilegal quando as decisões que determinam e mantêm a custódia cautelar estão devidamente fundamentadas.

MA

3. Condições pessoais supostamente favoráveis, por si sós, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP.

4. Ordem denegada, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 0330742-8, em que figura como impetrante Carlos Ferreira Maurício e como paciente **David Santos da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem do presente habeas corpus**, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0002807-57.2014.8.17.0000 (0330742-8)
Comarca Origem: Vara Única de Jupi
Impetrante: Carlos Ferreira Maurício
Paciente: **David Santos da Silva**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Andréa Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado pelo Advogado Carlos Ferreira Maurício, em favor de **David Santos da Silva**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Jupi-PE (proc. nº. 0000413-20.2012.8.17.0850).

O impetrante esclarece que o paciente encontra-se preso desde o dia 01/08/2012, acusado de tentativa de assalto ao caixa eletrônico do Banco do Brasil na cidade de Jupi, que findou na morte de um policial e na execução de dois criminosos, razão pela qual foi denunciado por latrocínio.

Assevera que decorreu mais de um ano da segregação cautelar, sem que o paciente tenha concorrido para o delito, e que há **excesso de prazo na formação da culpa**.

Ressalta que na audiência de instrução a perícia oficial informou da impossibilidade de realização de exame de balística, essencial para demonstração da inocência, que colocaria como real autor do disparo fatal a própria polícia.

Sustenta que a prisão do acusado não deve ser mantida, eis que **não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP.**

Pontua que o acusado possui residência fixa e pretende colaborar com a persecução penal no que couber, não oferecendo qualquer risco à instrução.

Requer, assim, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura.

Juntou os documentos de fls. 06/19.

O **pedido liminar foi indeferido** (fls. 35/37).

Informações encaminhadas às fls. 49/51.

O parecer do Ministério Público foi pela **denegação da ordem.**

É o que havia a relatar, no essencial.

Recife, 28 de maio de 2014.



Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0002807-57.2014.8.17.0000 (0330742-8)
Comarca Origem: Vara Única de Jupi
Impetrante: Carlos Ferreira Maurício
Paciente: David Santos da Silva
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Andréa Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO

Conforme relatado, pretende o impetrante a concessão da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura, eis que, segundo sustenta, há **excesso de prazo na formação da culpa, não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP**, além de que **as condições pessoais do acusado são favoráveis**.

DO SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA

De acordo com as informações prestadas (fls. 50/51), o paciente, juntamente com outros onze agentes, portando inúmeras armas de fogo, arrombaram a porta de um estabelecimento comercial na cidade de Jupi, no intuito de subtrair um caixa eletrônico do Banco do Brasil.

Aos acusados está sendo imputado o tipo penal previsto no art. 157, §3º, 2ª parte (latrocínio), do Código Penal, com os efeitos da Lei nº. 8.072; em concurso material com o art. 288, parágrafo único, também do Código Penal.

Com repercussão no andamento do feito, pontuado que **o paciente foi preso em flagrante no dia 01/08/2012; a denúncia foi oferecida em 10/08/2012 e recebida em 14/08/2012; o flagrante foi convertido em preventiva**

no ato de sua homologação; há **pluralidade de réus** na ação penal; que houve **expedição de cartas precatórias**; o processo está com trâmite regular, não havendo atraso na instrução; **já foram designadas audiências** em 22/10/2012, 09/11/2012, 24/01/2013 e 12/03/2013; que atualmente o processo aguarda uma perícia para, posteriormente, ser feita as alegações finais e a consequente sentença.

Registrado, ainda, que o processo é complexo, onde se apura crime de latrocínio, no qual uma quadrilha interestadual de assalto a caixas fortes foi monitorada pelo serviço reservado, e este logrou êxito em surpreender a quadrilha no momento do delito. Todavia, em vista da forte resistência dos meliantes, houve um saldo de um policial e dois bandidos mortos, e também restou um policial ferido e dois réus do processo presos em flagrante delito. Posteriormente, mais cinco réus foram presos pelo crime apurado, estando suas participações sendo apuradas em processo apartado (proc. nº. 0000442-70.2012.8.17.0850).

Pelo que se observa, o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo alegado retardo na conclusão da instrução.

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada.

Ademais, **complexidade do feito, pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias justificam eventual dilação no andamento, nos limites da razoabilidade.**

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. **EXCESSO DE PRAZO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS E EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS.**

PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. – (...). - Consoante entendimento pacificado nesta Corte, eventual excesso de prazo não resulta de simples operação aritmética, devendo ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, sendo certo que é permitido ao juiz, diante da complexidade do caso, extrapolar os limites estabelecidos em lei para conclusão da instrução criminal. - Complexidade do feito, pluralidade de réus e a expedição de cartas precatórias justificam a dilação do prazo para formação da culpa, nos limites da razoabilidade. – (...) Habeas corpus não conhecido. (HC 212.472/MT, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013) (grifos e omissões nossos).

O próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que **somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.**

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...)2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese. 3. (...) Pedido liminar prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. 'Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

Andou bem o *Parquet* ao registrar (fls. 84) que:

'No processo em tela, o magistrado em suas informações justificou o lapso temporal para a conclusão da formação da culpa, afirmando se tratar de **processo complexo** em que se apura crime de latrocínio, no qual uma **quadrilha interestadual** de assaltos a caixas fortes foi monitorada pelo serviço reservado, logrando êxito em surpreender a quadrilha no momento do delito e que

My

posteriormente mais cinco réus foram presos pelo crime em tela, estando suas participações apuradas em processo apartado.

Ressalta que o processo apenas aguarda perícia para que sejam apresentadas as alegações finais e realizado o julgamento. Portanto, considerando-se a proximidade das audiências, entendo que a dilação ainda não ultrapassou os limites da razoabilidade, não havendo que se falar em constrangimento ilegal'.

Sendo assim, há mesmo de ser afastada a alegação de constrangimento ilegal por suposto excesso de prazo na formação da culpa.

DOS REQUISITOS PARA A PREVENTIVA

Quanto aos requisitos para a segregação cautelar, informado pelo Magistrado de piso que a preventiva do paciente tem fundamento na conveniência da instrução criminal, na garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

Consultando o Sistema Judwin deste Egrégio Tribunal, constato que, em 06/08/2012, o flagrante do ora paciente foi convertido em preventiva nos seguintes termos:

DECISÃO
R.H.

Verifico a regularidade do Auto de Prisão em flagrante conforme a lei penal e processual penal. Assim, homologo o Auto de Prisão em Flagrante de **David Santos da Silva** e José Gidival Gomes, os quais foram encaminhados à Cadeia Pública de Lajedo.

Passo a analisar o flagrante.

Trata-se de comunicação de prisão em flagrante, sendo atribuída aos atuados a conduta prevista no art. 157, § 3º do CPB.

Verifica-se que, no caso em exame, com fundamento nas declarações das testemunhas e dos próprios atuados, os dois e mais nove elementos saíram do Estado de Alagoas com destino ao município de Jupi, com a finalidade de furtarem um caixa eletrônico, todos estavam portando armas, inclusive armas de grosso calibre.

Houve confronto do bando com a polícia o que resultou em um PM e dois bandidos mortos e um policial ferido.

O primeiro autuado disse perante a autoridade policial ter participado esse ano, do assalto ao Banco do Brasil de Iati/PE, na companhia dos demais integrantes do assalto descrito nestes autos.

A **materialidade está provada** pelas declarações das testemunhas e dos autuados perante a autoridade policial. **Há indícios de autoria**, pois os próprios autuados confessaram quando ouvidos na polícia.

Para a decretação da prisão preventiva, além da prova da existência do crime e de indícios de autoria, deve ser a medida necessária para a garantia da ordem pública ou da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal (art. 312, do CPP).

O crime foi cometido mediante concurso de agentes (quadrilha fortemente armada) e com emprego de armas de fogo de grosso calibre, resultando na morte de um policial e outro ferido e, ainda, dois bandidos.

Diante da gravidade do crime e da agressão à população da pequena cidade de Jupi, considero necessária a custódia cautelar dos autuados David Santos da Silva e José Gidival Gomes para garantir a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

A esse respeito, confira-se a lição de Mirabete:

"A conveniência da medida deve ser regulada pela sensibilidade do juiz à reação do meio ambiente à prática delituosa. Embora seja certo que a gravidade do delito, por si, não basta para a decretação da custódia, a forma e execução do crime, a conduta do acusado, antes e depois do ilícito, e outras circunstâncias podem provocar imensa repercussão e clamor público, abalando a própria garantia da ordem pública, impondo-se a medida como garantia do próprio prestígio e segurança da atividade jurisdicional."¹

Confiram-se também os seguintes julgados:

TJDFT-017082 HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. TENTATIVA. CRIME COMETIDO EM CONCURSO DE AGENTES E MEDIANTE GRAVE

¹ MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado, 7ª ed., São Paulo: Atlas, 2000, p. 690.

AMEAÇA. PRISÃO EM FLAGRANTE. PRESENÇA. REQUISITOS. PRISÃO PREVENTIVA. CUSTÓDIA CAUTELAR. MANUTENÇÃO.

I - A segregação cautelar é indispensável porque presentes os pressupostos para a prisão preventiva, para garantia da ordem pública, pois se trata de crime cometido em concurso de agentes e mediante grave ameaça e violência física exercida contra a pessoa, e também para assegurar o interrogatório do paciente e seu reconhecimento pela vítima.

II - Ordem denegada. Unânime.

(Habeas Corpus nº 20030020041412 (Ac. 176470), 2ª Turma Criminal do TJDF, Rel. José Divino de Oliveira. j. 22.05.2003, unânime, DJU 03.09.2003).

TJRS-041677 HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA NEGADA. DELITOS PRATICADOS COM GRAVE AMEAÇA À VÍTIMA, QUE RECONHECEU O ACUSADO COMO SEU AUTOR. MATERIALIDADE COMPROVADA.

1. A grave ameaça feita à vítima, com uso de arma branca e no sentido que não chamasse a polícia atesta a periculosidade do paciente, justificando a prisão pela garantia da ordem pública e pela conveniência da instrução criminal.

2. O reconhecimento feito pela vítima traduz indício suficiente de autoria o que aliado à prova da materialidade, sustenta o decreto prisional. Presentes os requisitos da prisão preventiva. Inexistência de constrangimento ilegal. Ordem denegada.

(Habeas Corpus nº 70007932643, Câmara Especial Criminal do TJRS, Caxias do Sul, Rel. Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak. j. 20.01.2004, unânime).

Pelo exposto, com fundamento no art. 310, inciso II, do CPP, **converto a prisão em flagrante em preventiva, determinando a expedição do mandado de prisão preventiva, devendo os autuados permanecerem onde estão custodiados, até ulterior deliberação deste juízo.**

Expeçam-se os mandados de prisão, com as necessárias cópias.

Jupi, 06 de agosto de 2012.

Jacira Maria Lucena da Rocha
Juíza de Direito

[Assinatura]

Mais adiante, em 12/11/2013, um pedido de revogação da custódia foi indeferido, com fundamentos a seguir descritos:

Processo nº 0000413-20.2012.8.17.0850

DECISÃO

Trata-se de processo que apura o **crime tipificado no art. 157, § 3º, 2º parte (Latrocínio), com os efeitos da Lei nº. 8.072/90, e do art. 288, § único (quadrilha armada), ambos cumulados com o art. 69 (concurso material de crimes) do Código Penal Brasileiro supostamente praticado por David dos Santos da Silva e José Gedival Gomes.**

Houve **pedido de revogação da prisão formulado por David dos Santos da Silva (fl. 773/775), tendo o Parquet pugnado pela manutenção desta (fls. 780/781).**

Há nos autos prova da materialidade delitiva, bem como, indício de autoria. Doutra banda, conforme exposto na Decisão de fls. 27/29 a medida segregatória é necessária como forma de se garantir a ordem pública. De fato, esta espécie de crime, em especial- além das inúmeras repercussões negativas dos seus efeitos-, causou enorme temor na pequena população deste Município de Jupi em razão da violência empregada. Portanto, Permanecem inalterados os motivos ensejadores da decretação da prisão preventiva.

Assim, ante a existência de materialidade e de indícios bastantes de autoria, a fim de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 c/c 313, I, ambos do Código de Processo Penal, mantenho a prisão preventiva de David dos Santos da Silva.

(....)

No tocante ao alegado excesso de prazo, colaciono as Súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ): Súmula 21 STJ "Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução", assim como a Súmula 52 do mesmo Tribunal "Encerrada a instrução criminal, fica superada alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Desta feita, prossigo com a marcha processual.

Ao Ministério Público para alegações finais. Após, vistas às partes para alegações finais. Apresentadas ou não, voltem-me conclusos.

MY

Jupi, 12 de novembro de 2013

Thiago Fernandes Cintra
Juiz de Direito

Como pontudo pelo *Parquet* (fls. 84), 'conforme o decreto prisional, juntado pela própria autoridade dita coatora às fls. 61-63, resta claro a necessidade da prisão com o objetivo de assegurar a ordem pública, haja vista o *modus operandi* dos denunciados, tendo sido praticado em concurso de agentes e emprego de arma de fogo de grosso calibre, **resultando na morte de um policial e dois comparas**'.

Consignado que 'não se trata de fundamentar o encarceramento unicamente no sentimento de clamor público que o delito promoveu, ou mesmo em sua gravidade abstrata, mas de evitar que certas condutas, que **no caso concreto primam pelo excesso (como a reação violenta dos perpetradores, em tiroteio contra os policiais encarregados do flagrante, culminando em fatalidades)**, passem incólumes a uma resposta à altura por parte do Estado'.

Então, pelo que se observa, **não procede a alegação de que, in casu, não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP.**

No que tange às alegadas **condições pessoais do paciente**, supostamente favoráveis, deve ser ressaltado que elas, por si sós, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP.

Nessa esteira de entendimento, reiteradamente tem se manifestado o Colendo STJ:

RECURSO EM "HABEAS CORPUS". ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. **CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR DOMICILIAR. ANÁLISE DE MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM.

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

OCORRÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. 1. (...) 2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despidendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis. 3. (...) 4. Recurso em "habeas corpus", em parte, conhecido e nesta extensão não provido. (RHC 44.507/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 17/02/2014)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. (...). CONDIÇÕES PESSOAIS DESFAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE, EVENTUALMENTE, PUDESSE ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. (...) 4. As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema. 5. Ausência de ilegalidade flagrante que, eventualmente, ensejasse a concessão da ordem de ofício. 6. Ordem de habeas corpus não conhecida. (HC 276.810/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 17/02/2014)

Há de ser mantida, pois, a custódia cautelar.

Não custa registrar, com relação aos fundamentos do decreto de prisão, que, referente ao mesmo feito de origem, em favor de outro acusado, José Gidival Gomes, já foi impetrado um *Habeas Corpus* (nº. 0326538-5), sendo que a ordem foi denegada, à unanimidade de votos por esta 2ª Câmara Criminal.

Sendo assim, em anuência ao entendimento exarado pela douta Procuradora de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

